ELO ASSOCIATIVO

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

Fundada em 31 de Maio de 1924

N.º 44

OUT/NOV/DEZ 2016

CONFEDERACAODASCOLECTIVIDADES • COM

O CNAP ENTREGOU PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO OE2017

P.3

TRÊS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO APRESENTADAS AO OE2017

O CONSELHO NACIONAL REUNIU E DECIDIU

P.4

O CONSELHO NACIONAL DA CPCCRD REUNIU A 10 DE DEZEMBRO DE 2016

RECEBEMOS O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUVENTUDE E DO DESPORTO

P.13

EDITORIAL

Augusto Flor, Dr. | Presidente da Direcção

UM ANO ASSOCIATIVO EM CHEIO!

Estamos no final de um ano que foi determinante para a nossa Confederação.Começámos (Janeiro, Fevereiro e Março) por apresentar os resultados e Recomendações do Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes realizado em 2015, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Governo, CES e ANAFRE. Todos concordaram connosco e deixaram grandes expectativas quanto ao futuro.

Realizámos o nosso Congresso Eleitoral (Abril) em que foram eleitos os novos órgãos sociais e definimos as linhas estratégicas para o mandato 2106/2019.

Em Maio e Junho realizámos acções em torno do Dia Nacional das Colectividades por todo o país, deixando uma marca indelével da dinâmica e vitalidade associativa.

Não obstante se aproximar o período de férias (Julho e Agosto) foram imensas as representações em festas e outras iniciativas próprias da época estival em que o associativismo é fértil.

Em Setembro, apresentámos o Livro do Congresso e o CNAP – Conselho Nacional para o Associativismo Popular, enquanto plataforma informal representante de todo o associativismo nacional.

Em Outubro, apresentámos propostas de alteração ao OE – Orçamento de Estado, através dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e do seu Presidente.

Em Novembro preparámos o PAO e em Dezembro, cumprindo os Estatutos e os valores da democracia e da transparência, realizámos o nosso Conselho Nacional.

Foi ainda o ano em que, entre outros projectos, demos inicio ao processo de Capacitação da Confederação, enquanto entidade do CNES e que será o projecto âncora para 2017 e para o futuro.

Aqui chegados, nesta breve retrospectiva associativa, ficam apenas alguns dos momentos mais destacados da nossa vida colectiva. Pelo meio, foram tomadas dezenas de posições face a cada problema concreto que foi surgindo. Foram realizadas centenas de reuniões com entidades públicas, privadas e associativas. Foram despendidas de forma voluntária e benévola, milhares de horas de trabalho associativo.

Só por preconceito, ignorância ou má-fé, alguém poderia dizer que não foi feito nada.

Para o ano que aí vem, cá estaremos para dar continuidade e reforçar a nossa acção. O Plano de Actividades está aprovado (unanimidade e aclamação) e a determinação não faltará!

Votos de um Feliz ano 2017!

PARCERIAS

Tenho tido conhecimento da celebração de parcerias entre várias coletividades e autarquias municipais e de freguesia.

Trata-se, no meu entendimento, de um caminho que deve ser prosseguido e alargado. Na verdade, o universo dos destinatários e beneficiários de tais contratos são as comunidades e as pessoas que nelas vivem e trabalham.

Francisco Barbosa da Costa, Dr.
Presidente da Mesa do Congresso

Assim sendo, faz todo o sentido que sejam concretizados, porque permitem otimizar recursos, dar outra economia de escala às atividades realizadas, dar-lhes maior visibilidade e alcançar um âmbito mais vasto de eficácia.

Julgo, também, que tais parcerias deveriam ser celebradas com escolas, de qualquer nível, com as coletividades vizinhas, com as que prosseguem fins análogos, ou com outras que ajudariam a complementar as valências de cada uma delas. Na verdade, é, infelizmente, mais comum do que o desejável, que, não raras vezes, há instituições da mesma freguesia ou de freguesias vizinhas que organizam sozinhas eventos, sem curar de saber se é possível realizá-los em comum com as associações e instituições que lhes ficam próximas ou que têm afinidades de qualquer tipo.

Por vezes, somos confrontados com disputas intestinas, entre coletividades e clubes, que longe de se juntarem nos objetivos que deveriam ser comuns, caem na triste tentação de quererem mostrar que são melhores do que as suas congéneres.

Em tempos de globalização, também nem sempre saudável, não faz qualquer sentido fazer "capelinhas" que só empobrecem a dinâmica do movimento associativo, como contribuem para destruir as desejáveis boas relações institucionais e pessoais entre os dirigentes e ativistas associativos.

Aproximando-se o dealbar de um novo ano, penso que faz todo o sentido refletir sobre esta matéria para que o movimento associativo popular se torne mais forte, mais eficaz e mais solidário.

(RE) CRIAR TRADIÇÕES

As nossas Tradições são uma herança ímpar de bens culturais, costumes de um País com séculos de história.

As tradições constituem um dos aspetos que caracterizam as comunidades e as distinguem umas das outras.

As tradições portuguesas são um património para o mundo. Conferem-lhe uma identidade própria e fazem parte da memória coletiva de um povo. Estabelecem a ligação entre o passado e o presente.

Rosa Baptista, Profª.
Presidente do Conselho Fiscal

É preciso conhecer as gentes, os seus costumes e tradições, para ser capaz de alcançar as razões da sua singularidade.

Mantendo tradições, transmitimos lendas, factos, costumes, hábitos, jogos, gastronomia, trajes, cantos...

Em contexto associativo, pode dizer-se que a tradição é a cultura de um povo transmitida de geração em geração e esta tradição, pode definir-se como uma herança cultural, com um património riquíssimo.

Recreando tradições, perpetuamos a memória de um povo, relembrando os mais velhos e incutindo nos mais novos, as tradições típicas das nossas gentes, fomentando acima de tudo o convívio intergeracional, contribuindo para a manutenção e sobrevivência das atividades dos nossos antepassados, de quem herdámos todo o saber e arte populares.

Vamos todos recrear tradições, estimulando e sensibilizando os mais novos para as mudanças ocorridas na vida das pessoas ao longo dos tempos, envolvidos num enorme mar de afetos.

O CNAP ENTREGOU PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO OE2017

Em devido tempo o CNAP apresentou 3 propostas de alteração ao OE2017.Esperamos agora que a AR as possa considerar positivamente e que elas possam vir a integrar o texto do OE 2017 e assim satisfazer algumas das necessidades mais sentidas pelo MAP. Aqui fica o texto das nossas propostas:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República
Dr. Ferro Rodrigues

Em sede de discussão na especialidade do OE.2017, vem o CNAP - Conselho Nacional do Associativismo Popular,(*) entidade constituída por iniciativa das signatárias abaixo identificadas e apresentada publicamente a 15 de Setembro de 2016, apresentar três propostas que resultam da profunda análise ao Movimento Associativo Popular e já analisadas em conjunto com os Grupos Parlamentares da AR.

PROPOSTA 1

Revisão e actualização do limite da isenção do IRC no Artº 54º do Estatuto de Benefícios Fiscais de 7.500€ para 30.000€;

Consideramos que para além da desactualização deste valor (passados mais de 10 anos), o mesmo não contribui para a sensibilização e motivação dos Dirigentes Associativos Voluntários e Benévolos que cada vez mais se confrontam com a necessidade de encontrar formas complementares de financiamento das suas actividades estatutárias com actividades não estatutárias.

PROPOSTA 2

Instituição de um Incentivo ao Emprego Associativo por via da Segurança Social no valor de 75% do salário médio bruto de 600£/mês, visando a criação de 5.000 postos de trabalho.

Considerando, por estimativa, a possibilidade da criação de 5.000 postos de trabalho associativo (empregados de manutenção, motoristas, animadores para as áreas cultural, recreativa e desportiva, serviço de limpeza, etc) no universo das 30.000 colectividades existentes em Portugal, pelo impacto que terá na economia, na prevenção social, na sustentabilidade da Segurança Social, regularização de pagamento às Finanças, contribuirá ainda para a motivação e apoio aos Dirigentes Associativos Voluntários e Benévolos.

PROPOSTA 3

Consignação de verba destinada à Salvaguarda dos Arquivos Históricos Associativos, por via do Ministério da Cultura, de acordo com o diagnóstico e propostas já apresentadas à DGLB-Torre do Tombo.

A história do nosso país e das nossas comunidades está intimamente ligada ao associativismo. As colectividades, associações e clubes possuem um importantíssimo espólio documental que importa identificar, preservar e dar a conhecer. Com a colaboração da CPCCRD e outras entidades, está feito o diagnóstico das necessidades e estimadas as perspectivas, faltando apenas os meios financeiros para a sua execução em sede do OE.

O CNAP manifesta a sua disponibilidade para especificar e pormenorizar os aspectos que se entendam por necessários de forma presencial.

Com os melhores cumprimentos
Pelo CNAP
Augusto Flor, Dr.
Presidente da CPCCRD

Composição do CNAP:

Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto; Confederação Portuguesa do Voluntariado; Confederação do Desporto de Portugal; Confederação Musical Portuguesa; Federação Portuguesa de Teatro; Federação do Folclore Português; Confederação Portuguesa das Casas do Povo; Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal; Federação Portuguesa de Cineclubes; Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais e Federação Nacional de Voluntariado em Saúde.

UM SIMPLEX PARA O MAP

aproveitando o facto do governo ter anunciado estar a proceder à recolha de Ideias para um novo Simplex a CPCCRD decidiu propor algumas medidas que poderiam facilitar bastante a vida às associações quando pretendem organizar os seus eventos. No fundamental trata-se de procurar que se ponha em prática um dos nossos objectivos programáticos a que chamámos de Balcão único.

Eis o que propusemos:

SIMPLEX +

Proposta

Qualquer entidade que procure realizar um evento cultural, recreativo e desportivo tem de pagar diversas taxas/licenças a diversas entidades diferentes e faze-lo em diversos locais diferentes:

São taxas/licenças:

À SPA; à Pass Música; à IGAC; à PSP ou GNR e aos Bombeiros; Câmara Municipal; Junta de Freguesia e etc.

Para além do discutível valor das taxas aplicáveis a obtenção das respectivas licenças obriga à deslocação a diversos locais com o consequente desperdício desnecessário quer em perdas de tempo, quer no valor de transportes ou combustíveis.

A definição de um local único onde os organizadores dos eventos se pudessem dirigir para efetuar o pagamento de taxas e levantamento das referidas licenças era uma grande medida facilitadora da promoção dos eventos.

Assim propomos que:

1. **Os promotores de eventos nomeadamente as coletividades e associações de cultura, recreio e desporto possam fazer o pagamento da taxas necessárias para um evento num só local.**
2. **Que esse local possa ser a Junta de Freguesia onde o evento se vá realizar.**
3. **Que seja a Junta de Freguesia a fazer a transferência das verbas cobradas para as entidades envolvidas, sem custos para a autarquia.**

O CONSELHO NACIONAL REUNIU E DECIDIU

O Conselho Nacional da CPCCRD reuniu a 10 de dezembro de 2016.
As instalações da Universidade Autónoma de Lisboa abriram-se neste dia para acolher os Conselheiros Nacionais e demais Órgãos da CPCCRD que ali foram discutir as linhas mestras que em 2017 nortearão o trabalho da CPCCRD.

A discussão da aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2017 constituíram o ponto principal deste importante órgão deliberativo da Confederação. O plano apresentado por vários membros da Direção Nacional foi aprovado por unanimidade.

De grande importância também os momentos em que foram descritos os protocolos com a CP, que garantirá a todos os filiados nas associações filiadas na CPCCRD descontos nas viagens ferroviárias, e o protocolo com Instituto Bento de Jesus Caraça que constitui um marco importante no capítulo da formação quer para dirigentes quer para funcionários da CPCCRD e do MAP.

Um tempo significativo deste CN foi utilizado na apresentação da nova Plataforma MAP ainda em construção mas que a breve prazo será o principal veículo de comunicação e informação entre os dirigentes e filiados da CPCCRD e entre esta e o público em geral. Outro ponto não menos alto deste Conselho Nacional foi a apresentação do novo número da *Análise Associativa*, já ela uma publicação de grande relevância no estudo, investigação e divulgação dos temas importantes para o movimento associativo, e que neste número reforça com a valiosa contribuição que nele é dada para história do MAP (foto a cima).

Nesta *Análise Associativa* foi especialmente realçada uma grande entrevista efetuada a Artur Martins que nela relatou as suas opiniões e muitos episódios da sua longa e rica vida associativa.

A 1ª parte findou com a atribuição do Galardão de Reconhecimento e Mérito ao Dr. Alexandre Miguel Mestre – Secretário de Estado da Juventude e Desportos do XIX Governo e Professor da Universidade Autónoma de Lisboa pelo grande apoio que tem prestado ao Movimento Associativo e pelo reconhecimento oficial do mesmo.

RESOLUÇÃO ASSOCIATIVA

SEDE NACIONAL DA CONFEDERAÇÃO

MUDANÇA HISTÓRICA NO PATRIMÓNIO MATERIAL DO ASSOCIATIVISMO NACIONAL

Sendo o Conselho Nacional (CN) o órgão máximo entre congressos, entende-se ser este o momento e o local indicado para fazer o ponto de situação e apontar as linhas gerais para o futuro da Sede Nacional da Confederação.

Tendo por localização, desde sempre a Rua da Palma, na qualidade de inquilina da Câmara Municipal de Lisboa (CML), foi com surpresa e por terceiros, que tomámos conhecimento que os edifícios (nº 258) onde se instalou a então Federação das Sociedades de Educação e Recreio (1924) e as actuais instalações desde 2000 (nº 248) seriam demolidas para dar lugar à "Praça da Mouraria", no âmbito do projecto da CML "Uma Praça em cada Bairro". Após pedidos urgentes de esclarecimento sobre a situação, fomos informados das intensões e projectos da CML, projectos aos quais não nos opomos.

Passando a uma nova fase, de procura de novas instalações, fomos informados/notificados quanto às várias hipóteses possíveis:

1. Indeminização de acordo com a lei no valor de 217.260€, valor que corresponde à localização (baixa da cidade) com acessos de vária ordem, ao património construído e à área actualmente ocupada (cerca de 400m2) em três pisos num edifício autónomo; ou
2. Realojamento em prédio da CML na zona, mantendo a renda indexada à função e importância social da Confederação, isto é, regime bonificado; ou
3. Realojamento noutra zona da cidade em prédio da CML em condições de habitabilidade imediata ou em recuperação.

A Direcção decidiu constituir uma Comissão de Acompanhamento da Sede Nacional composta por: Augusto Flor – Presidente da Direcção; Veladimiro Matos – Tesoureiro e responsável pelas instalações; Ricardo Medeiros – Conselho Fiscal; Paula Marques – Conselho Fiscal e Vitor Agostinho – Mesa do Congresso, a quem caberá acompanhar e apoiar a Direcção em todo o processo que deverá conduzir a uma proposta final de resolução a apresentar ao CN a quem caberá decidir em última instância.

A mudança de instalações deve corresponder à manutenção e melhoria das condições existentes e contribuir para reforçar o papel, já determinante, da nossa Confederação junto das nossas filiadas, do Movimento Associativo Popular e do país, pelo que se delibera:

1. Dar prioridade em manter a Sede da Confederação na área central da cidade de Lisboa, não obstante a oferta e interesse demonstrado por outros concelhos e que naturalmente registamos e agradecemos;
2. Garantir uma área capaz de receber com a dignidade que se impõem a Sede Nacional da Confederação, Estruturas Descentralizadas e um largo conjunto de infraestruturas associativas de interesse municipal, regional e nacional com as seguintes valências:
   - Área de trabalho para Dirigentes e trabalhadores permanentes ou em projectos pontuais (cerca de 15 postos de trabalho);
   - Recepção, Banca e Bar como meio de sustentabilidade financeira do imóvel;
   - Estacionamento, arrumos; instalações sanitárias;
   - Auditório Polivalente para cerca de 120 pessoas;
   - Centro Nacional de Documentação Associativa, (actualmente com cerca de 160.000 documentos, podendo atingir os 500.000) a fim de dar corpo ao projecto em cooperação com a DGLAB-Torre do Tombo, na perspectiva da Salvaguarda dos Arquivos Históricos da Confederação e do MAP;
   - Centro de Recepção, Tratamento, Interpretação e Investigação Documental, em formato papel, digital e multimédia, em cooperação com as Faculdades com quem a Confederação tem protocolo, acessível a historiadores, investigadores e público em geral;
   - Museu Nacional do Associativismo Popular, (actualmente com cerca de 4.000 peças e documentos musealizáveis, podendo atingir as 10.000) em cooperação com a Fundação Calouste Gulbenkian;
3. Lançar uma Campanha de Recolha de Assinaturas de apoio à Sede Nacional da Confederação entre Janeiro e Abril de 2017;
4. Lançar uma Campanha de Fundos dedicada à Sede Nacional e que se desenvolverá entre Janeiro 2017 e Maio 2018.

Quando nos aproximamos do centenário da Confederação (2024), entendemos ser altura de termos uma Sede Nacional digna da sua História e do Movimento Associativo Nacional que representa.

A cedência definitiva e sem encargos da nova Sede Nacional, constituiria um sinal de reconhecimento da autarquia de Lisboa, pelo património imaterial e social a esta instituição.

Contamos com a sensibilidade da Câmara Municipal de Lisboa e assumimos trazer o Movimento Associativo à inauguração da nova Sede Nacional, numa grandiosa manifestação associativa que marque o presente e seja um momento histórico no futuro.

Lisboa, 10 Dezembro 2016
Universidade Autónoma de Lisboa
O Conselho Nacional da CPCCRD

A CML RECEBEU A CPCCRD

NOVA SEDE DA CONFEDERAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina e o Vereador Manuel Salgado receberam no passado dia 16 de dezembro a uma delegação da CPCCRD composta por Augusto Flor; Vitor Agostinho; Veladimiro Matos e Joaquim Escoval.

Esta reunião visava fundamentalmente abordar o problema da sede da CPCCRD e analisar o ponto de situação quanto a este problema. A CPCCRD também apresentou aos autarcas lisbonenses quais as suas pretensões quer em relação ao espaço que julgamos necessário quer aos projetos que nele pretendemos realizar.

O Presidente da CML teceu algumas considerações sobre as dificuldades que no seu entender existem para que se possa satisfazer as pretensões da CPCCRD e alvitrou algumas localizações que tornariam a transferência de sede mais fácil.

No final a CPCCRD ficou de fornecer um plano funcional elaborado por um Arquiteto à CML e esta ficou de fornecer as plantas de um dos edifícios possíveis para o que o plano possa ser elaborado.

A CML comprometeu-se a estudar a situação quando receber o plano funcional.

4 DE NOVEMBRO - UM MARCO HISTÓRICO PARA A CPCCRD

Protocolo CPCCRD - UAL

O auditório 1 da Universidade Autónoma de Lisboa estava a abarrotar naquele fim de tarde de 4 de novembro de 2016.

Muitos Dirigentes Associativos, muitos Autarcas de diversos pontos do país e muitos representantes de Entidades Oficiais e outras Federações, Confederações ou Movimentos Sociais compunham a assistência ali reunida para assistir a dois momentos distintos: um a apresentação do protocolo da UAL com a CPCCRD, e outro à apresentação do livro de Sérgio Pratas "Um outro olhar sobre o associativismo popular".

O João Alexandre dirigiu a sessão tendo sido acompanhado na mesa durante a primeira parte por Augusto Flor Presidente da CPCCRD e pelo Arquitecto João Pancadas da UAL.

Ambos salientaram o enorme papel que tem para as duas organizações o protocolo que ambas assinaram quer na troca de conhecimentos, na possibilidade de efectuar estudos e investigação, de consultar documentos e de filiadas da CPCCRD poderem frequentar cursos da UAL.

Lançamento do livro de Sérgio Pratas

O lançamento do livro de Sérgio Pratas já contou na mesa também com este autor e com Maria João Santos para além de Augusto Flor e de João Alexandre (foto no topo da página).

O Presidente da CPCCRD focou alguns dos aspectos principais do livro do diagnóstico que faz sobretudo da legislação que se aplica ao movimento associativo, ou a falta dela, e do papel ativo do MAP na apresentação de soluções, soluções estas metódicas e estruturadamente muito bem apresentadas no livro de Sérgio Pratas.

Maria João Santos salientou e enalteceu algumas das facetas do autor e da importância do livro e da forma com nele se tratam os diversos temas.

Sérgio Pratas teceu na sua intervenção algumas considerações sobre aspectos de direitos e garantias consagrados na Constituição da República para o Movimento Associativo e como os sucessivos governos não tem respeitado essa obrigação constitucional.

O autor lançou aos 118 presentes na sala alguns desafios para análise de matérias tratadas no livro "Um outro olhar sobre o associativismo popular" e sobretudo revelou que o livro pode ser um instrumento a usar pelo poder político para alteração legislativa que se aplica a este sector e informou os presentes que o livro será também o ponto de partida para um amplo movimento do MAP que leve à discussão entre os seus dirigentes a apresentar um projecto de lei que definitivamente atribua ao Movimento Associativo os direitos e garantias que a Constituição lhe confere e que pelo importantíssimo papel que desempenha na sociedade portuguesa bem merece.

Após os agradecimentos que o autor entendeu fazer à UAL e à Fundação Montepio, esta magnifica sessão foi encerrada ao som do Hino da CPCCRD.

A DIREÇÃO NACIONAL GALARDOOU

A Direção Nacional atribuiu no passado dia 10 de dezembro de 2016 o galardão de reconhecimento e mérito ao Doutor Alexandre Miguel Mestre.

Esta atribuição que decorreu imediatamente antes da realização do Conselho Nacional que decorreu nesse dia na Universidade Autónoma de Lisboa encontra a sua justificação no papel desempenhado pelo Dr. Alexandre Mestre no reconhecimento oficial do Movimento Associativo e na ajuda que deu a este enquanto Secretário de Estado da Juventude e Desportos XIX Governo da Republica Portuguesa.

Também enquanto docente da Universidade Autónoma de Lisboa o Dr. Alexandre Mestre continuou a colaborar com o Movimento Associativo Popular disponibilizando-se inclusive para integrar o corpo de autores da Análise Associativa.

A merecida Medalha e o Diploma respeitante a este honroso Galardão da CPCCRD foram-lhe entregues pelo Presidente da Mesa do Congresso - Dr. Barbosa da Costa.

DIRIGENTES E CONSELHEIROS COM NOVOS CARTÕES

Durante os trabalhos do CN de 10 de dezembro de 2016 o Presidente da Mesa do Congresso entregou novos cartões identificativos aos membros dos Órgãos da CPCCRD.

Um por um, todos foram chamados a receber a sua identificação associativa que se espera lhes possa a ser útil entre outras coisas para a obtenção das vantagens em preços de transportes ferroviários que estão em vias de serem protocoladas com a CP.

1.º ANIVERSÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL DAS COLETIVIDADES

Fez no dia 7 de novembro um ano que no Fórum Lisboa se realizou o Congresso Nacional das Coletividades.

Aproveitando o lançamento do livro "Um outro olhar sobre o associativismo popular" que se realizou a 4 de novembro. A Direção da CPCCRD decidiu promover um jantar comemorativo deste primeiro aniversário daquele importante acontecimento para o mundo associativo.

Alguns membros da Comissão Organizadora do Congresso, do Secretariado Técnico, da Direção e as funcionárias da CPCCRD puderam assim desfrutar de bons momentos de descontração enquanto degustavam a boa comida alentejana.

Caleia Rodrigues do CNAP fez uma intervenção alusiva ao ato cujo aniversário festejávamos saudando a oportunidade e a importância do mesmo.

CAPACITAÇÃO DOS DAVs

Em todas as dimensões da actividade humana a realidade é dinâmica e, naturalmente, impõe mudanças mais ou menos estruturadas.

Clementina Henriques
Conselheira Nacional

Não é diferente no Movimento Associativo Popular (MAP) onde a necessidade de mudança, frequentemente, vem de fora, de entidades e organizações cujo olhar, e acção, ignoram o trabalho, o poder e a intervenção de milhares de dirigentes associativos voluntários (DAV) que, de forma benévola, contribuem para o desenvolvimento social, e económico, das comunidades.

É neste contexto que é reiterada a aposta no aprofundamento do conhecimento, da qualificação, da melhoria do desempenho, da "CAPACITAÇÂO", de um público sempre disponível para aprender e disseminar essa aprendizagem, colectivamente, numa troca constante de dar e receber. E é nesse contexto que a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), ancorada num diagnóstico extenso e de alguma profundidade, promove, com o apoio do PO ISE, enquadrado no Portugal 2020, a capacitação humana, organizacional e tecnológica do MAP com um projecto, participativo, que, seguramente, contribuirá, também, para o incremento da sua visibilidade e da sua sustentabilidade, nas várias vertentes.

O projecto de Capacitação em que a CPCCRD está envolvida, tal como as restantes organizações do CNES, integra um conjunto de actividades, interrelacionadas, suportadas por recursos, materiais e humanos, específicos e financeiramente imputáveis. Mas assenta, essencialmente, na disponibilidade e compromisso dos DAV que integram os corpos sociais da CPCCRD, bem como dos dirigentes das suas estruturas descentralizadas. Para todos este é mais um desafio. Será, cremos, um investimento em competências individuais e colectivas.

O sucesso do mesmo, o seu impacte, materializa uma oportunidade de afirmação da CPCCRD e dos seus dirigentes pela via da melhoria da qualificação, do aprofundamento do rigor, e da mudança imperativa para resposta aos desafios constantes que são colocados ao MAP.

CONTINUAMOS A FORMAR NO MAP

Continuamos a cumprir os protocolos de formação com as Câmaras Municipais. Desta vez em colaboração com a Câmara Municipal de Serpa, a 3 de outubro, demos formação em "Sustentabilidade Financeira do MAP" a Dirigentes Associativos deste concelho alentejano.

O presidente da CPCCRD Augusto Flor transmitiu nessa ação de sensibilização à dezena e meia de dirigente as noções de como atuar corretamente para um bom funcionamento das respetivas associações e algumas boas práticas associativas que a serem adotadas podem contribuir para o mesmo fim.

No final houve ocasião para esclarecer algumas dúvidas apresentadas pelos DAVs que, também elas, serviram para enriquecer esta sessão de sensibilização.

RECEBEMOS O DIRIGENTE MAIS IDOSO

No dia 17 de Outubro a Direção da CPPCRD recebeu nas suas instalações Mário Gonzaga Ribeiro, Presidente da Federação Portuguesa de Motonáutica.

Mário Gonzaga Ribeiro é o Dirigente Associativo com mais idade ainda no ativo mas, apesar da sua idade, ostenta uma brilhante condição física e mental.

Entre este DAV e a Direção da CPCCRD houve oportunidade de manter uma muito agradável troca de impressões e a ocasião foi aproveitada para oferecer a este dirigente associativo o livro do Congresso Nacional das Coletividades uma vez que lhe havia sido impossível estar presente na cerimónia de lançamento.

"ANÁLISE ASSOCIATIVA"

Um novo número da Análise Associativa foi apresentado a 10 de dezembro de 2016. Esta apresentação foi integrada nos trabalhos do Conselho Nacional reunido na Universidade Autónoma de lisboa nesse dia.

Este número em grande parte dedicado à longa e riquíssima vida associativa de Artur Martins foi apresentado por Sérgio Pratas, diretor da revista, que descreveu a revista nos seus vários capítulos dando especial enfase à grande entrevista a Artur Martins. Por fim agradeceu aos autores, ao conselho cientifico e à Fundação Montepio que o patrocinou o excelente trabalho agora à disposição dos leitores.

Outras intervenções marcaram também este ato nomeadamente a de Maria João Santos, da Susana Queiroga da CPV e a do próprio Artur Martins que foi pincelando aquele ato com verdadeiras histórias associativas por si vividas ao longo dos anos.

No final Artur Martins retribui a homenagem oferecendo à CPCCRD em suporte digital setenta e três das suas intervenções.

ESTREITAMOS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No dia 1 de Outubro em Elvas, "No Recreio", reuniram-se DAVs da CPCCRD e da Federación Española de Agrupaciones de Folclore.

Pela CPCCRD estiveram presentes o seu Presidente Augusto Flor, o Vice-presidente e responsável pelas relações internacionais, Bessa de Carvalho, e os Dirigentes responsáveis pelos distritos fronteiriços Vitor Carapinha, Jorge Luís e Joaquim Escoval.

Pela Federación Española esteve presente o seu Presidente Pedro Asur e Pepe Cano.

Na reunião que se estendeu por todo o dia trocaram-se informações acerca das vivências e do enquadramento legal de cada uma das organizações nos seus países e analisaram-se algumas boas práticas que se tem implantado.

Despertou especial atenção a inclusão de matérias respeitantes ao associativismo em cursos universitários espanhóis.

Foram também analisadas diversas hipóteses de cooperação conjunta e a realização de eventos que envolvam as duas organizações quer de um quer de outro lado da fronteira.

A possibilidade do Dia Nacional das Colectividades de 2018 poder contar com a participação de uma forte Delegação Espanhola foi uma das possibilidades avançadas, bem como a possibilidade de organização de 3 ou 4 eventos regionais comuns que envolvam as comunidades de ambos os lados das fronteiras.

A participação bem vincada dos colegas espanhóis nos próximos Jogos Tradicionais Mundiais que se realizarão em 2020 em Portugal também já foi abordada nesta reunião de Elvas.

REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO OU A AUSÊNCIA DESTA

Artur Martins
Assessor da Direcção

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Postura dos dirigentes associativos voluntários perante a formação: 1) Adesão no discurso (ex.º Congresso de Loures (2001) e Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal – 2007 (2009); 2) Dificuldade de implementação de acções de formação no terreno, por falta de interesse dos dirigentes associativos, mesmo quando se preconizava "formação por medida" (Q3 – Qualificação do 3.º Sector).

O que justifica essa falta de interesse? Será a fraca percepção da importância da formação? Ou não é prioridade?

Porquê a formação/qualificação é hoje de suma importância?

A evolução da sociedade leva a estádios diferentes, como de maneira sintética a seguir se ilustra:

ONTEM: SOCIEDADE INDUSTRIAL
HOJE: SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

Sociedade Industrial (SÉC. XVIII ATÉ XX)

Aspectos fundamentais: 1) Idealização; 2) Consumismo desmedido; 3) Aparência; 4) TV; Grupos isolados; Assistencialismo; Mudança; Imposição.

Sociedade do Conhecimento (SÉC.XXI ATÉ ?)

Características: 1) Realização; 2) Busca por um consumo consciente; 3) Transparência; 4) Internet; 5) Redes; 6) Co-participação; 7) Transformação: 8) Construção.

Conhecimento

Peter Drucker "o pai da administração moderna" citado por Gouveia & Júnior (s/d): "O conhecimento tornou-se no factor de produção mais importante, deixando para trás o capital e a mão-de-obra.
Também transcrevem Lester Thurow: "a educação e qualificação da força de trabalho será a principal vantagem competitiva do século XXI. Motivo: tem surgido um conjunto totalmente novo de tecnologias que exigirá que o trabalhador médio, seja no sector administrativo seja no de produção, adquira qualificações que não eram obrigatórias no passado.
Também Elkington (2014) assevera: "A crescente dependência da **economia do conhecimento** sofisticado reforça significativamente o valor da educação, do ensino técnico e outras formas de capital humano."

Cadeia de valor do conhecimento

Dados – Informação – Conhecimento - Competências (Rowley, 2007).
Sem uma informação adequada não geramos conhecimento e por consequência não temos as competências necessárias ao cabal desempenho da nossa função enquanto dirigentes associativos voluntários por opção, mas profissionais na acção, em prol da melhoria da qualidade de vida das populações que pretendemos servir através das nossas associações.
Eis, pois, a razão porque devemos aprender todos os dias e procurar a tal informação adequada, que muitas vezes nos aparece como de suma importância, mas depois não se dá o passo ao seu encontro, nas acções de sensibilização/capacitação/formação.
A Confederação tem como linha estratégia esta temática e apela ao empenhamento de todos no sentido de se dar corpo a um autêntico programa de capacitação de dirigentes e outros activistas associativos.

RECEBEMOS O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUVENTUDE E DO DESPORTO

No dia 3 de outubro a CPCCRD recebeu nas suas instalações o Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, Doutor João Paulo Rebelo.

Vários membros da Direção acompanharam o Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto na visita às nossas instalações e ai tivemos ocasião de lhe descrever alguma da nossa história e de mostrar a este membro do Governo algumas das peças com maior simbolismo histórico do nosso Museu.

Tivemos também ocasião de realçar ao Senhor Secretário de Estado alguns dos aspetos que constrangem o funcionamento do MAP.

No final, o Senhor Secretário de Estado deixou lavrada no livro de honra do Museu Associativo uma mensagem em que expressa a sua admiração pela longa história da CPCCRD e a admiração pelo trabalho que tão abnegadamente desenvolvemos.

NOVOS PROTOCOLOS

A CPCCRD prossegue o seu trabalho de buscar incessantemente novas condições que melhorem as condições de vida de Dirigentes e Associados nesta Confederação. Recentemente foram negociados mais dois protocolos que contribuem significativamente para este objetivo nos capítulos da mobilidade e da formação.

Será estabelecido com a CP e permitirá um desconto de 15% no preço dos bilhetes para todos os filiados e dirigentes das associações filiadas na CPCCRD desde que estas tenham as quotas em dia e que nas bilheteiras seja apresentado o cartão de filiado ou dirigente.

No segundo caso foi estabelecido um protocolo com o IBJC, Instituto Bento de Jesus Caraça, que vai permitir melhorar a formação de funcionários e dirigentes quer da CPCCRD quer das associações nela filiadas.

Esta informação deve ser contudo complementada com a leitura atenta dos referidos protocolos.

REUNIMOS COM O IEFP

A pedido da CPCCRD fomos recebidos por técnicos do IEFP a 3 de novembro de 2016.

Nessa reunião onde a CPCCRD esteve representada pelo seu presidente Augusto Flor e pelo seu secretário Joaquim Escoval acompanhados por Elvira Magusto pretendemos inteirar-nos das opções de apoios a planos emprego que o IEFP tem à sua disposição.

INSTITUTO DO EMPREGO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Neste acampo fomos informados que as mesmas são muito limitadas aguardando a publicação de uma nova portaria que defina os mesmos. Salientámos a nossa preocupação em contribuir para resolver a situação dos muitos postos de trabalho que são ocupados nas nossas Coletividades e Associações do MAP mas que não se encontram regularizadas com prejuízo para todas as partes: trabalhadores, associações e estado.

Fizemos notar ao IEFP da importância do MAP enquanto gerador de empregos a nível nacional, talvez mesmo o maior, quer nos trabalhadores de bar e restaurantes quer nos maestros das bandas filarmónicas ou nos animadores e monitores desportivos ou culturais que exercem atividades nas nossas associações.

O IEFP ficou de estudar os pontos que levantámos ao longo da reunião abrindo hipóteses de colaboração neste campo tal como no campo da formação profissional.

:: AS VISÕES **DOS CONSELHEIROS NACIONAIS**

Jaime Salomão
:: Conselheiro Nacional

Dedicamos esta página do ELO Associativo para dar voz aos Conselheiros Nacionais. O termo "Frente-a-frente" não é uma competição mas antes uma forma de "proximidade" associativa para quem lê os testemunhos.
Em cada número tentaremos que, dois dos nossos dirigentes, nos respondam a algumas questões sobre as associações que representam. Vamos ainda procurar diversificar no tipo de filiadas, território e experiências de forma a podermos dar uma visão o mais ampla e diversificada possível.

Nuno Soares
:: Conselheiro Nacional

RESPOSTA	PERGUNTA	RESPOSTA
Grupo Desportivo do Castelo, Rua do Recolhimento, nº 51-A, Freguesia de Santa Maria Maior Concelho de Lisboa.	**1** Qual a associação porque foi eleito? Onde se situa?	Grupo Desportivo "Os Amarelos" – Setúbal.
O Grupo tem actualmente seiscentos sócios (600) e pratica neste momento o Futsal Masculino Amador e Marcha maioritariamente veteranas femininas, juntando o desporto com o convívio e o recreio.	**2** Quantos sócios tem e quais as suas principais actividades?	560 Sócios, Principais atividades: Futebol Juvenil (Petizes, Traquinas, Benjamins, Iniciados e Juvenis); Futebol de Veteranos; Pesca Desportiva de Alto Mar; Paintball; Damas Clássicas, Caminhada pelos Bairros Antigos, Noite de Fados, Festival de Acordeão, Festa e Acordeão, Bailes Santos Populares, Enterro do Bacalhau, Passeios seniores e jogos de mesa/tabuleiro na sede social.
A realização da Marcha do Castelo, que infelizmente está impedida há dois anos de participar no Concurso das Marchas Populares por dificuldades administrativas, o que poderá viabilizar o encerramento.	**3** Quais os pontos fortes dessa associação?	Espaço-Museu GDA (salvaguarda das memórias coletivas das atividades culturais, desportivas e identidade); fomento do convívio na sede social como forma de lazer; o clube tornou-se numa *verdadeira escola* de cidadania e de promoção do "espírito associativo"; as competências da Direção e a estratégia global do clube; rede de parcerias alargada e montada; Situação financeira equilibrada; carisma e tradição.
Dificuldades no aparecimento de gente nova para o crescimento do clube, estando neste momento a actual Direcção empenhada em fazer novos recrutamentos.	**4** Quais os pontos fracos dessa associação?	Envelhecimento da população local envolvente e a diminuição da capacitação a financiamento de projetos.
Encaro com muito optimismo, por ver o grande trabalho que está a ser realizado por toda a Direcção, bem como a preocupação dos vários contactos com os órgãos autárquicos, com vista ao reaparecimento da Marcha do Castelo.	**5** Como vê os próximos tempos a evolução da associação?	Continuar a reinventar o clube face às exigências da sociedade atual; poder dar resposta a necessidades de grupos socialmente carenciados e ir ao encontro dos interesses dos seus associados e da comunidade envolvente.

Veladimiro Matos
| Tesoureiro |

Caros Amigos Dirigentes Associativos,

Sou o Veladimiro Castilho de Matos, alentejano de nascimento e alenquerense como terra adotiva, Alenquer onde cresci, fiz vida, família e ainda hoje vivo. Tenho 67 anos de idade, dos quais 47 de micro empresário, actividade que já terminei, fui dirigente associativo, tenho experiencia autárquica e actualmente estou na situação de reformado.
Aceitei o convite para fazer parte dos órgãos sociais na Direcção Nacional da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, onde a partir de 9 de Abril último, estou a desempenhar funções de Tesoureiro, em representação do Grupo Sportivo Adicense, num trabalho voluntário e benévolo.
Acumulo ainda os Pelouros de; Responsável pelo Distrito de Leiria, Sede Social da Confederação e Projectos Animar Zonas Históricas, e GERAP- Geriatria Associativa Preventiva.
Confesso-me entusiasmado com esta nova e gratificante experiência na minha vida, pois o MAP-Movimento Associativo Popular, integrado no sector da Economia Social, é um "Mundo" de contactos pessoais, com exemplos riquíssimos de dedicação à causa pública, à cultura, ao recreio e ao desporto, com muito para dar ao país, sendo que, actualmente já representa um grande contribuinte para o Estado.
Um abraço deste vosso amigo e saudações associativas.

DIREITOS ASSOCIATIVOS DOS MILITARES

Manuel Custódio
| Assessor da Direcção |

Os militares culminando a resistência e a luta do Povo Português, foram, em 25 de Abril de 1974, os protagonistas do derrube do regime fascista de Salazar, logo acompanhados de um amplo movimento popular.
Todavia, persistiu por muitos anos, para os militares, um regime restritivo das liberdades e direitos muito para além daquilo que a Constituição consagra.
No entanto, como o associativismo na Instituição Militar, já existia antes do 25 de Abril e tendo os militares já conhecimento da importância do associativismo, na defesa dos direitos, da promoção social, cultural e intelectual do cidadão/militar, não cruzaram os braços.
A sua resistência e insistência contra tal regime restritivo, deu origem à Lei da Condição Militar, 11 de Junho de 1989, que enforma o quadro de direitos dessa mesma condição.
Todavia, sucessivos Governos têm vindo a cortar direitos como se essa lei não existisse. Em resultado da sua luta foi também alterado o artigo 31º da Lei de Defesa Nacional consagrando a existência de associações sócio-profissionais de militares e a possibilidade de elas integrarem grupos de trabalho para matérias desse foro. Acontece que, até ao momento, nenhum Governo optou por cumprir esse mecanismo da lei.
Neste contexto, o exercício concreto desses direitos padece de fortes limitações que somam ao conjunto de restrições que são impostas. Por exemplo, ainda com o anterior Governo foi introduzido no Estatuto dos Militares a «isenção política». Um absurdo! Uma coisa é a isenção partidária e outra, bem diferente, é a isenção política. Aliás, perante tal absurdo, militares houve que fizeram questão de perguntar aos seus Chefes se podiam votar nas eleições, porque isso era um acto político. A manutenção destas concepções arcaicas (quando há países, como a Alemanha, onde os militares até têm sindicatos) ilustra o muito que é preciso caminhar.
É para fazer esse caminho de rompimento com estas concepções que visam limitar a participação dos militares, nas associações, nos clubes e na vida, que os militares prosseguem a sua intervenção.
Os militares, como qualquer outro cidadão, têm o direito de ter as suas associações e nelas defenderem os direitos, desenvolver actividades sociais, recreativas e culturais para o seu pleno desenvolvimento físico e intelectual.

DRª. CÁRMEN CORREIA
CONTABILISTA CERTIFICADA

TRABALHO VOLUNTÁRIO NAS ENTIDADS DO SETOR NÃO LUCRATIVO

O enquadramento jurídico do voluntariado está previsto na Lei nº 71/98, de 3 de novembro. Esta Lei de base estabelece as definições, as disposições gerais, os princípios e os direitos e deveres dos voluntários e das organizações promotoras do voluntariado.

Um dos princípios basilares do voluntariado será o princípio da gratuitidade, que pressupõe que o voluntário não será remunerado, nem poderá receber subvenções ou donativos, pelo exercício do seu trabalho voluntário.

O voluntário terá direito a enquadrar-se no regime de seguro voluntário no caso de não estar abrangido por um regime obrigatório de segurança social, bem como a ser reembolsado das importâncias despendidas no exercício de uma atividade programada pela organização promotora, desde que inadiáveis e devidamente justificadas, dentro dos limites eventualmente estabelecidos pela mesma entidade.

Nos termos do Decreto-Lei nº 389/99, de 30 de setembro, que estabelece a regulamentação do voluntariado, as contribuições para segurança social relativas ao seguro social voluntário deverão ser suportadas e pagas pela organização promotora que integra o voluntário.

Como pelo princípio da gratuitidade, a entidade não terá qualquer obrigação presente de pagar qualquer tipo de remuneração diretamente ao voluntário, não haverá que proceder a qualquer reconhecimento do passivo e gasto em relação salários, férias, subsídios e outras remunerações similares.

No entanto, a entidade poderá ficar obrigada a efetuar pagamentos à segurança social quando o voluntário possa, e esteja, escrito no seguro social voluntário, determinado em função do trabalho prestado pelo voluntário na entidade.

Não deverá pois ser reconhecido qualquer rendimento na ótica da entidade beneficiária do trabalho voluntário.

DR. LUÍS FIGUEIREDO QUEIJO
ADVOGADO

1.

P. Os nossos Estatutos são já bastante antigos e nós pretendemos proceder à sua alteração. No que respeita aos Órgãos Sociais bastará apenas referir no texto que são compostos pela Assembleia Geral de Sócios, Direcção e Conselho Fiscal, que cada um destes são compostos por um certo número de elementos e que mandatos têm uma determinada duração?

R. *Nos Estatutos tem de ficar consignado quais as competências de cada um dos Órgãos Sociais, quanto à Direcção, por exemplo, não bastará referir que é o órgão executivo.*
Os Estatutos têm de estabelecer quais as competências que a Direcção pode legitimamente exercer como órgão executivo que é.
O mesmo se diga para a Assembleia Geral e para o Conselho Fiscal.

2.

P. Temos sócios que já não pagam quotas há muito tempo e pretendemos fazer uma recontagem dos sócios que na realidade temos, o que acarreta a eliminação daqueles.
Os nossos estatutos são omissos quanto ao procedimento a ter para esta eliminação de sócios, como deveremos fazer?

R. *O melhor neste caso será convocar uma Assembleia Geral de Sócios, e que a Convocatória desta contenha um ponto na Ordem de Trabalhos que preveja a discussão e votação de uma proposta que confira poderes à Direcção para eliminar de sócio todo aquele que tenha quotas em atraso para além de um período de tempo que entendam ser o razoável com vista à sua eliminação.*
Com esta proposta aprovada a Direcção fica com legitimidade para proceder à pretendida eliminação.

3.

P. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral comunicou à Direcção que pretende convocar uma Assembleia Geral Extraordinária de Sócios e nesse sentido perguntou se a Direcção tinha algum assunto que pretendesse ver discutido nessa Assembleia Geral.
O Presidente da Mesa pode por sua exclusiva iniciativa convocar uma Assembleia Geral Extraordinária?

R. Pode. O Presidente da Mesa segundo certamente está previsto nos Estatutos é o Órgão que tem legitimidade para convocar uma Assembleia Geral.
Tem obrigação de convocar anualmente uma Assembleia Geral Ordinária para aprovar o Relatório e Contas e o Orçamento.
Tem obrigação de convocar Assembleias Gerais Extraordinárias nos demais casos previstos nos Estatutos como é exemplo quando essa Assembleia é solicitada pela Direcção ou por um determinado número ou percentagem de associados, número ou percentagem que geralmente também consta dos Estatutos.
Independentemente desses casos pode convocar a Assembleia Geral sempre que decida fazê-lo.

FILIADA

SOCIEDADE FILARMÓNICA VESTIARIENSE

Em 1 de Janeiro de 1906, foi fundada por músicos Vestiarienses, dissidentes da extinta Filarmónica Alcobacense, a Sociedade Filarmónica Vestiariense e que teve como 1º maestro o Sr. José Filipe, também ele natural da Vestiaria.

/ /

0 Sr. Padre José Cacella, à data pároco da freguesia, assegurou a direção musical da Banda, desde 1909 até a sua fuga para o Brasil em 1911 (Implantação da Republica), motivada por perseguições religiosas. Este afastamento não impediu no entanto, o Padre Cacella de se manter ligado a S. F. Vestiariense e, através de ajudas financeiras, foi contribuindo para a renovação dos fardamentos e instrumental, culminando com a construção da Sede da Coletividade. As atuações da Banda, embora limitadas a festas e romarias de índole religiosa, continuaram sob a regência do Sr. Joaquim Filipe, filho do 1º maestro.

No ano de 1970/71 atingiu a Banda da S. F. Vestiariense o ponto mais alto do seu historial, quando sob as batutas de Manuel Maria Baltazar e de Agostinho Caineta, que entretanto o substituíra, obteve o 1º prémio em 3ª categoria, no Concurso de Bandas Civis, promovido pela FNAT.

Outros maestros regeram a Banda posteriormente, tais como Joaquim Caineta, Manuel Cola e José Manuel Marques de Sousa, ate ao atual maestro Élio Luís Salsinha Murcho, que é o responsável musical desde 1988.

Em 1991 a Banda da Vestiaria obteve, no 1º Festival Internacional de Musica da Lourinhã, o 3º lugar em 1ª categoria, em 1993 iniciou a sua internacionalização com uma prestigiante deslocação a França e que viria a repetir em 1995.

Em 2009 a Banda Filarmónica em conjunto com a sua Orquestra Ligeira, gravou o seu primeiro CD.

No ano de 2013 a instituição foi agraciada com o Prémio "Alcoa d'Ouro" na categoria de Música, prémio este entregue pelo Jornal Regional "O Alcoa". Neste mesmo ano, participou no I Festival Nacional de Bandas INATEL/Banda Sinfónica Portuguesa.

A Sociedade Filarmónica Vestiariense possui uma Escola de Música, um grupo de Teatro e uma Orquestra Ligeira, da qual se salienta diversas atuações por todo o país, uma digressão à região de Saint Tropez em França (Côte d' Azur), a participação por duas vezes na Final do Concurso Nacional de Música organizado pelo Inatel na Aula Magna da Universidade de Lisboa, a organização do I Concurso Nacional de Orquestras Ligeiras, a participação no World Masters Orieentering Championship a convite da Federação Portuguesa de Orientação ou ainda a realização de um concerto em Viseu por ocasião do encerramento da Convenção.

Ao longo dos anos, têm sido inúmeras as participações da Banda da Sociedade Filarmónica Vestiariense "Monsenhor José Cacella" por todo o país, sempre divulgando com enorme prestígio não apenas a qualidade da música que se trabalha na instituição, como também o nível musical de todo o Concelho de Alcobaça.

O DAV
DIRIGENTE ASSOCIATIVO VOLUNTÁRIO

JÚLIO ANTÓNIO CONCEIÇÃO ADRIÃO

Galardão Reconhecimento e Mérito

Felizmente que não é raro no movimento associativo português encontrarmos dirigentes que, de uma forma voluntária e benévola, põem todas as suas capacidades de cidadãos ao serviço das suas associações.

Já mais difícil é encontrar quem alie essas capacidades às suas competências profissionais e sobretudo se elas forem exercidas em profissão tão nobres como o exercício da medicina.

Encontramos tudo isso na pessoa do nosso galardoado que durante quase três décadas foi Médico e Presidente de diversos órgãos sociais do seu clube.

A sua dedicação, empenho e competência originaram a proposta da nossa filiada "Os Amarelos" de Setúbal para a distinção de Júlio António Conceição Adrião que concedemos com todo o agrado.

:: JOGOS TRADICIONAIS
JACARTA TERMINOU AGORA PORTUGAL

No dia 13 de Outubro regressou a Portugal vinda de Jacarta a missão associativa de 8 elementos que em colaboração com o I.P.D.J. representado pelo Dr. Vítor Pataco e Prof. Jorge Carvalho, representou Portugal nos JOGOS TRADICIONAIS MUNDIAIS.

Nestes jogos participaram 12000 atletas de 83 países e Portugal foi das delegações que mais jogos apresentou. Para além da demonstração dos nossos Jogos Tradicionais esta delegação portuguesa tinha como missão principal receber o testemunho para a realização no nosso país dos próximos Jogos Tradicionais Mundiais em 2020.

Serão uns Jogos que trarão a Portugal mais de 70000 pessoas o que para além do efeito desportivo acarretarão outros benefícios quer seja a nível turístico, gastronómico, transportes resultantes dos 7 dias e 7 noites que passarão em terras lusas.

É uma grande responsabilidade para a CPCCRD e para o MAP mas que saberemos ultrapassar com tanta maior facilidade conforme o empenho em que todos colocarmos nesta nova e importante missão.

:: ENTREGÁMOS O RELATÓRIO DOS JOGOS TRADICIONAIS

A CPCCRD já entregou ao IPDJ o relatório do projecto: "Desporto para Todos" de 2016.

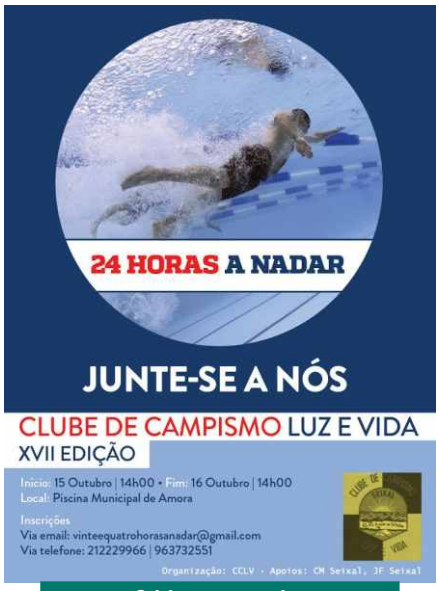
Neste relatório estão bem evidenciadas as 357 iniciativas que as filiadas e estruturas da CPCCRD foram realizando pelo país e o excelente número de participantes que as mesmas tiveram, 111000. A acrescentar a estes números ainda há que contabilizar as 56 exposições realizadas e os cerca de 6000 visitantes que a elas acorreram.

Estes números demonstram só por si a grande simpatia e enraizamento que os Jogos Tradicionais tem na nossa população, mas demonstram também o empenho dos nossos dirigentes e a vitalidade das nossas coletividades e associações.

Julgamos estarem criadas as condições para prosseguir com projetos de natureza idêntica e para tal, a CPCCRD conta novamente com a dedicação e o saber de tantos e tantos DAVs e com o empenho da novel Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais.

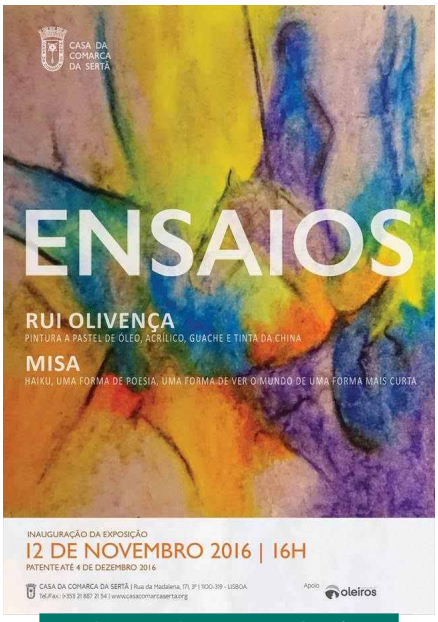
:: A ACTIVIDADE DAS ESTRUTURAS **ASSOCIATIVAS E ASSOCIAÇÕES**

Nesta rubrica, procuramos dar a conhecer alguns exemplos do muito que se faz por esse país fora, promovido pelas estruturas descentralizadas e Associações



24 horas a nadar

CIMO-Clube Ibérico de Montanhismo e Orientação



Casa da Comarca da Sertã

Grupo Desportivo Pirescoxe

Aniversário da Sociedade Musical Capricho Setubalense

Grupo Recreativo Penalvense

Ginásio Atlético Clube

Concerto Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense

V Encontro do Associativismo Local

Aniversário do Independente Futebol Clube

MOVIMENTO PELA CULTURA

A Plataforma Cultura em Luta tem vindo a apelar para que que o Orçamento de Estado atribua verbas mais significativas, 1%, à área cultural. Promoveu este movimento várias ações no sentido de chamar a atenção do poder central para esta necessidade.
De entre estas ações destacou-se a realização de uma concentração em Lisboa no dia 14 de Outubro para qual a CPCCRD foi convidada.

Nessa concentração Joaquim Escoval em representação da CPCCRD fez uma intervenção em que alertou para vários problemas que afetam o Movimento Associativo e que têm ocasionado a extinção de várias associações e o limitar da realização de eventos culturais ou desportivos.
O aumento das rendas, brutais aumentos de IMI, as várias taxas a pagar e em locais diferentes, são alguns desses fatores que penalizam o MAP e negam ou limitam o acesso das populações à cultura.
O combate contra estes fatores não pode estar desligado dos restantes fatores que afetam a cultura portuguesa e a necessidade de uma luta conjunta que acabe com esta vergonha nacional constituíram os tópicos da intervenção da CPCCRD.
Esta é mais uma batalha que certamente se prolongará por mais tempo já que apesar destas ações o OE para 2017 continua a não atribuir à Cultura as verbas de que ela carece e merece.

ÁGUA PARA TODOS- A LUTA RESULTOU

Desde a 1ª hora que a CPCCRD integra o movimento "Água para Todos".
Este movimento dinamizou há dois anos uma petição pública que recolheu 44 mil assinaturas e levou ao agendamento de uma iniciativa legislativa que visava sobretudo garantir por força de lei que a água deve ser um bem público e que não deve ser alienada ao capital privado.
A votação dessa iniciativa legislativa foi então chumbada na Assembleia da República com os votos da maioria então vigente.
O Movimento Água para Todos entendeu que ao ser agora diferente a maioria parlamentar na Assembleia da República, estando agora maioritários os partidos que então votaram favoravelmente a iniciativa legislativa, era tempo de pedir a esses partidos que a voltassem a apresentar e votassem coerentemente com a votação que então efetuaram.
Assim, o movimento promoveu no dia 18 de outubro uma concentração frente à AR e simultaneamente solicitou reuniões a todos os Grupos Parlamentares a solicitar-lhes que voltassem a apresentar a iniciativa legislativa.
A CPCCRD representada por Joaquim Escoval integrou duas das delegações do Movimento Água para todos que foram recebidas por todos os partidos políticos.
Este trabalho já deu frutos.
O PCP, o BE e os Verdes já apresentaram na AR projetos de lei visando retomar a "Protecão dos direitos individuais e comuns à água", que serão discutidos ainda em 2016.
Espera agora o movimento e esperam os portugueses que o voto dos Srs. Deputados seja coerente e que finalmente, e muito bem, a água continue no domínio público.

ÁGUA DE TODOS

www.aguadetodos.com

25º ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DA MOLDÁVIA

A CPCCRD teve a honra de ser convidada para a bonita festa que a Comunidade Moldava realizou para comemorar o 25º Aniversário da Independência.
A Festa decorreu no Auditório José Manuel Figueiredo na Baixa da Banheira no dia e a CPCCRD fez-se representar pelo seu Presidente Augusto Flor e pelo 2º Secretário Joaquim Escoval.
Vários artistas e Grupos Moldavos e Portugueses foram evoluindo no palco para alegria dos muitos Moldavos e amigos que enchiam a sala e para os quais o Presidente da CPCCRD teve a oportunidade de se dirigir numa breve intervenção.
À Associação MORITAS que organizou este bonito e alegre evento Augusto Flor ofereceu, em nome da CPCCRD, o livro do Congresso das Coletividades.

O DESPORTO E A LEGISLAÇÃO

A CPCCRD foi convidada para participar no seminário promovido pela 12ª Comissão Parlamentar da Assembleia da República subordinado ao tema "As Regras do Desporto em Portugal: o percurso legislativo e o futuro"
Este seminário realizou-se no dia 6 de Dezembro de 2016 na Asembleia da República e em representação da CPCCRD estiveram presentes o 2º Secretário Joaquim Escoval e o Conselheiro Nacional Jaime Salomão.
Para além de deputados da AR intervieram neste seminário diversas organizações ligadas ao desporto como o IPDJ, Federações; Associações Nacionais de Árbitros e de Treinadores e Autarcas sendo um ponto comum em todas as intervenções o financiamento do desporto Português.
O 2º Secretário da CPCCRD teve também ocasião de intervir tendo então chamado atenção para o papel importantíssimo que o MAP tem no desporto em contraponto com a exígua atenção e financiamento que recebemos por parte do Estado.
Chamámos também à atenção para a importância do trabalho desenvolvido de forma voluntária e benévola pelos Dirigentes Associativos a sua desmesurada responsabilidade individual que lhes é atribuída apesar da grande escassez de apoios que recebem através do poder central.

A NOSSA MEMÓRIA EM LIVRO

Felizmente também a historia e a memória do movimento associativo merece a atenção de outras entidades e de outros autores que a procuram preservar e transmitir.
O lançamento de mais uma obra que prossegue este meritório caminho ocorreu a 26 de Novembro na Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense.
O 2º volume das "Histórias associativas - Memórias da nossa Memória" foi apresentado pelo presidente da Câmara Municipal do Seixal, Joaquim Santos e por Fernando Fitas e contou com uma animação a cargo da Casa do Povo de Corroios e do Independente Futebol Clube Torriense.
Porque é uma obra de valor que tem um interesse particular para o movimento associativo daquele concelho mas também para a história do todo o movimento associativo entendemos dar-lhe o devido destaque e endereçar os nossos parabéns e cumprimentos aos seus autores e patrocinadores.

ARQUIVOS ASSOCIATIVOS

Salvaguardar os arquivos associativos foi e é uma preocupação constante da CPCCRD. Não temos a menor dúvida que quantos mais a CPCCRD e as suas associadas conseguirem preservar mais história salvaguardaremos, mais memórias manteremos e mais futuro conseguiremos assegurar.
A manutenção dos nossos arquivos deve no entanto ser feita de forma correta e cumprindo as normas estabelecidas para o efeito.
Para que possamos fazer, todos nós, um trabalho meritório neste campo a CPCCRD participou durante o mês de Outubro numa série de reuniões com a DGLAB (Direção Geral do Livro Arquivos e Bibliotecas) na Torre do Tombo. Participaram também nessas reuniões quer presencialmente quer por videoconferência Arquivistas de Câmaras e Arquivos Municipais.
A delegação da CPCCRD a estas reuniões foi composta por Fernando Vaz; Artur Martins, Nuno Soares e Joaquim Escoval.
Todas estas reuniões tiveram como ponto de partida os resultados de um inquérito que a DGLAB efetuou a algumas dezenas de associações. Foram debatidos os pontos fortes e pontos fracos das nossas praticas arquivistas e identificadas as medidas necessárias para as melhorar.
O espaço disponível, as suas condições, as faltas de meios humanos e materiais, a pouca sensibilidade de alguns dirigentes e autarcas para este problema foram algumas das situações abordadas.
As conclusões deste trabalho serão apresentadas pela DGLAB à sua tutela e logo que delas tenhamos conhecimento procederemos á sua divulgação.
Entretanto nunca é demais recordar a necessidade de preservar todos os nossos arquivos, e discutir a nossa disponibilidade para que essa preservação seja mantida corretamente quer nas instalações próprias de cada associação quer noutros espaços como arquivos municipais ou distritais na DGLAB ou a CPCCRD que mantem firme o seu princípio programático da criação de um arquivo nacional do associativo.

TOME NOTA: PROJECTO "CARTÃO VERMELHO AO BULLYING"

O projeto intitulado "Cartão Vermelho ao Bullying" sobre bullying no desporto é promovido e financiado pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), através do Plano Nacional de Ética no Desporto, tendo sido constituído no âmbito de uma parceria entre esta organização e a FMH-UL e está ser implementado pelo Laboratório de Comportamento Motor da FMH-UL

Consiste num projeto de investigação-acção, com os objetivos de sensibilizar a comunidade educativa e desportiva para o fenómeno do bullying na formação desportiva, assim como intervir diretamente neste contexto, através de estratégias alicerçadas em 3 eixos fundamentais: criação de ferramentas (guidelines e manuais), formação de treinadores e intervenção especializada nos clubes. O bullying tende a generalizar-se com o agravamento das situações ao nível dos tipos de agressão, do grupo e dos contextos onde ocorrem os episódios. Entre outras consequências detetadas, destaca-se o facto de as vítimas de bullying tenderem a desistir precocemente da prática desportiva e permitem concluir que a incidência de bullying na formação desportiva em Portugal é preocupante, e alertam para a necessidade de prevenção e intervenção no sentido de criar melhores condições para um desenvolvimento saudável dos jovens atletas.

NATALIS-FESTA DE NATAL

A Natalis – Festa de Natal, organizada pela AIP; teve a amabilidade de convidar todos os Filiados no Movimento Associativo para participar neste evento natalício que se realizou nos pavilhões da FIL na rua da Junqueira em Lisboa.
O acesso a esta Festa de Natal foi possível através da apresentação do bilhete digital que a CPCCRD forneceu às associações com quotas em dia.
A festa decorreu de 7 a 11 de dezembro no pav. 2 da FIL.

N.º	NOME	LOCAL
3846	C.C.R.S. CENTRO CULTURAL REGIONAL DE SANTARÉM, C.R.L.	SANTARÉM
3847	CLUBE DE ORNITOLOGIA ALMADENSE C.O.A.	ALMADA
3848	GRUPO DESPORTIVO SETUBALENSE OS 13	SETÚBAL
3849	ASSOCIAÇÃO DE DESPORTO MOTORIZADO E LAZER MXGL RIBATEJO	SALVATERRA DE MAGOS
3850	CENTRO POPULAR DE RECREIO E CULTURA DO BAIRRO	ALENQUER
3851	ASSOCIAÇÃO DE NATURAIS E AMIGOS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	FARO
3852	CENTRO CULTURAL, RECREATIVO E FOLCLÓRICO DE SANTO ISIDORO	MARCO DE CANAVESES
3853	CENTRO CULTURAL, SOCIAL E RECREATIVO A VOZ DO ALENTEJO NA QUINTA DO CONDE	SESIMBRA
3854	GRUPO DESPORTIVO DE RIO FRIO	PALMELA
3855	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE AMOREIRAS-GARE	ODEMIRA
3856	VILARREGENSE FUTEBOL CLUBE	VILA DE REI
3857	CLUBE DE PROPAGANDA DA NATAÇÃO	VALONGO
3858	GRUPO DESPORTIVO DA RIBEIRA	VALONGO
3859	ASSOCIAÇÃO ALGARVIA DO JOGO DO PAU PORTUGUÊS	PORTIMÃO
3860	CFDA - CLUBE FUTSAL DE ALMADA	ALMADA

QUOTAS 2016

As Quotas do ano 2016 já se encontram a pagamento desde o início do ano.

Mais do que um dever estatutário, as Quotas, representam uma parte fundamental para a sustentabilidade financeira da Confederação, Federações Distritais e Associações Concelhias.

Serviços estatutários como a redução de custo de licenças da SPA, consultoria jurídica ou contabilística só serão prestados às filiadas com a Quota de 2016 liquidada.

Lembramos que alguns direitos estatutários podem ser suspensos até à regularização das quotas.

A Quota de 2017 já se encontra disponível!

IDENTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO

Os serviços de Tesouraria da CPCCRD agradecem às Colectividades filiadas que tenham feito o pagamento de quotas em 2016, que verifiquem se têm em seu poder o respectivo recibo e vinheta do ano.
Caso assim não suceda, deverão entrar em contacto com a Tesouraria.

Tel.: **913 807 823**

e-mail: **an2001@confederacaodascolectividades.com**

A todas as associações, dirigentes e associados que cumprem os seus aniversários no período deste número do Elo Associativo.

A Confederação deseja Boas Festas

A Direção Nacional da CPCCRD deseja a todo o Movimento Associativo Popular Português uma ótima quadra natalícia.
É também nosso desejo que todos possamos ir somando êxitos em todas as iniciativas onde nos envolvermos durante o próximo ano de 2017.
Será um ano exigente com o Projeto da Capacitação, com o PEJADA ou a Salvaguarda dos Arquivos Associativos. Provavelmente teremos em simultâneo que mudar de instalações, mas acreditamos que tudo saberemos ultrapassar enquanto executamos as muitas tarefas que diariamente nos desafiam.

As nossas famílias e a enorme e sempre crescente família associativa, continuarão a ser os nossos suportes para a execução do nosso objetivo fundamental: elevar a qualidade de vida de todos.
Boas e Festas e Feliz 2017!

A Direção da CPCCRD

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

FOLHA INFORMATIVA: Propriedade CPCCRD - Rua da Palma, 248 · 1100-394 Lisboa · Tel: 218 882 619 · 218 822 731 · 916 841 315 · 916 537 101 | Fax: 218 882 866
www.confederacaodascolectividades.com • facebook.com/confederacao.colectividades
e-mail: cpccrd@confederacaodascolectividades.com
www.museudascolectividades.com · www.jogostradicionais.org · www.confederacaoportuguesacolectividades.blogspot.com

Nota: Os textos deste Boletim Informativo, são escritos sob o antigo e novo acordo ortográfico de acordo com cada autor.